

EXISTE UMA “CRISE DA RAZÃO”?

Caio Antunes¹

Peterson Soares Pessôa²

Joana Alice Ribeiro de Freitas³

Lênin Tomazett Garcia⁴

RESUMO

O tema da crise da razão não é novo no campo da filosofia. Diferentemente de abordagens mais imediatamente conhecidas (a partir, principalmente, dos apontamentos husserlianos), o presente artigo pretende, a partir da tradição filosófica marxista, principalmente a partir das formulações de Marx, Lukács e Mészáros, debater e problematizar inclusive a existência, em termos ontológicos, de uma “crise da razão”. A partir de indicações gerais da categoria trabalho e seu papel no processo de surgimento e complexificação dos seres humanos, passando à categoria trabalho alienado e algumas das formas por meio das quais interrompe e inverte os processos de humanização levados à cabo pelo trabalho, para, por fim, abordar, após rápida passagem pelos modelos de gestão do trabalho do século XX, a categoria meszariana da “crise estrutural do capital”, buscou-se fornecer elementos para o debate acerca da existência ou não de uma “crise da razão”.

¹Licenciado em Educação Física (2005) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Mestre (2010) e Doutor (2016) pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor da Faculdade de Educação Física e Dança – FEFD da Universidade Federal de Goiás – UFG. Contato: antunes_caio@ufg.br

²Bacharel em Filosofia (2004) pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mestre (2009) em Artes e Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP. Professor da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP – e-mail para contato: peterson.pessoa@cursos.univesp.br

³Graduada em Psicologia (2009) pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Mestre (2013) pelo Centro Universitário Franciscano – FAE e Doutora em Psicologia (2018) pela Universidade de São Paulo – USP, campus Ribeirão Preto. Professora da Faculdade de Educação – FE da Universidade Federal de Goiás – UFG. Contato: joanafreitas@ufg.br

⁴Licenciado em Educação Física (2005) pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Mestre (2011) e Doutor (2015) em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor na Faculdade de Educação Física e Dança – UFG. Contato: lenin@ufg.br

Palavras-Chave: Crise da razão; Trabalho; Trabalho alienado; Crise estrutural do capital.

¿AI UNA CRISIS DE LA RAZÓN?

RESUMEN

El tema de la crisis de la razón no es nuevo en el campo de la filosofía. A diferencia de enfoques más inmediatamente conocidos (partiendo principalmente de las notas husserlianas), el presente artículo pretende, a partir de la tradición filosófica marxista, basada principalmente en las formulaciones de Marx, Lukács y Mészáros, debatir y problematizar la existencia, en términos de aspectos ontológicos, de una "crisis de razón". A partir de las indicaciones generales de la categoría trabajo y su rol en el proceso de emergencia y complexificación del ser humano, pasando a la categoría de trabajo alienado y algunas de las formas en las que interrumpe e invierte los procesos de humanización que realiza el trabajo, por, por Finalmente, para abordar, tras un rápido pasaje por los modelos de gestión del trabajo del siglo XX, la categoría meszariana de la "crisis estructural del capital", se buscó aportar elementos para el debate sobre la existencia o no de una "crisis de razón".

Palabras clave: Crisis de la razón; Trabajo; Trabajo alienado; Crisis estructural del capital.

IS THERE A "CRISIS OF REASON"?

ABSTRACT

The theme of the crisis of reason is not new in the field of philosophy. Unlike more immediately known approaches (starting mainly from the Husserlian notes), the present article intends, based on the Marxist philosophical tradition, mainly based on the formulations of Marx, Lukács and Mészáros, to debate and problematize the existence, in terms of ontological aspects, of a "crisis of reason". From general indications of the work category and its role in the process of emergence and complexification of human beings, moving to the category of alienated work and some of the ways in which it interrupts and inverts the humanization processes carried out by work, for, for Finally, to address, after a quick passage through the work management models of the 20th century, the Meszarian category of the "structural crisis of capital", we sought to provide elements for the debate about the existence or not of a "crisis of reason".

Keywords: Crisis of reason; Work; Alienated labour; Structural crisis of capital.

INTRODUÇÃO

O termo crise, tal como empregado atualmente nas línguas ocidentais (*la crise, die Krise, the crisis*, etc.), somente se tornou corrente nos campos do pensamento político-

econômico, da crítica cultural e da filosofia da história a partir do século XVIII⁵. Nos tempos antigos, a palavra (oriunda do verbo κρίνω – *krino*, que significa separar, escolher, decidir e julgar) era usada principalmente como um termo técnico da medicina que denotava o momento decisivo na evolução de um quadro de enfermidade, ou o ponto de inflexão que anunciava a vitória ou a derrota da doença⁶.

Em sua acepção técnico-médica, o conceito de crise combinava uma dimensão diagnóstica e uma prognóstica, na qual se caracterizava um momento de decisão entre dois futuros possíveis, um desejável (a superação da patologia) e outro prejudicial (a morte ou a seqüela), de modo que a crise, cuja magnitude era proporcional à diferença entre esses dois 'futuros', impunha a exigência de se tornar ativo para evitar o negativo e realizar a opção positiva.

O problema da crise da razão, contudo, foi, ao longo do século XX, tema e objeto de uma série de ensaios filosóficos de fôlego. Edmund Husserl, por exemplo, em seus últimos escritos indicava que a civilização ocidental estava, por assim dizer, sob uma encruzilhada: aquela entre a racionalidade e o ceticismo, o irracionalismo e o misticismo.

O tema da crise da razão pode ser entendido como produto de uma conjuntura histórica, da qual emergiu a fenomenologia husserliana, de tentativa de superação dos impasses do positivismo exacerbado e o desejo de superação das dificuldades intelectuais e espirituais da cultura europeia do entre-guerras (primeira metade do século XX), motivando um tencionamento visando reformar, reformular e reconstituir a razão teórico-filosófica sob novas e renovadas bases.

A noção de crise, não obstante, não deveria ser apreendida como circunscrita somente ao campo da razão científica, mas invadia também o terreno do *Espírito*⁷, o que implicava que

⁵ Sobre este ponto, ver Koselleck (2007).

⁶ Sobre isso, ver o instigante trabalho de Wang (2004).

⁷ "A crise militar pode ter acabado. A crise econômica é visível em toda a sua força; mas a crise intelectual, mais sutil e que, por sua própria natureza, assume as aparências mais enganosas (visto que ocorre no próprio reino da ocultação), essa crise torna difícil compreender seu verdadeiro ponto,

se tratava não apenas de uma crise de valores culturais/espirituais, agravada pela desumanização das relações sociais e políticas, mas para uma crise da lógica que fundamentava a própria sociabilidade humana moderna.

Em outras palavras, tratava-se, como observaram também Adorno em Horkheimer (2006, p. 34), da crise de um determinado projeto de Razão; a razão iluminista:

A equação do espírito e do mundo acaba por se resolver, mas apenas com a mútua redução de seus dois lados. Na redução do pensamento a uma aparelhagem matemática está implícita a ratificação do mundo como sua própria medida. O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado. [...] O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia. Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução. Desse modo, o esclarecimento regride à mitologia da qual jamais soube escapar.

Com efeito, o quadro da "crise da razão" anunciado por Husserl não deve ser apreendido como algo inerente ao pensamento moderno/contemporâneo. O conjunto de doutrinas e escolas neoplatônicas emerge no cenário de decadência do Império Romano do Ocidente e o empreendimento da *República* de Platão se colocava como solução ideal para a crise política e cultural que assolou as cidades-Estados gregas após a Guerra do Peloponeso⁸.

sua fase. Ninguém pode dizer o que amanhã estará morto ou vivo na literatura, na filosofia, na estética. Ninguém sabe ainda quais ideias e modos de expressão estarão na lista de perdas, quais novidades serão proclamadas. A esperança, é claro, permanece e canta em voz baixa: *Et cum vorandi vicerit libidinem; Late triumphet imperator spiritus*" (VALERY, 2005, p. 4-5).

⁸Sobre esse ponto, Lukács observa, na discussão sobre a questão do "irracionalismo", que "a história ensina-nos que as épocas dominadas especialmente pela credulidade, pela superstição e pela fé em milagres de modo algum precisam coincidir com um grau de civilização especialmente baixo. *Muito pelo contrário*. Podemos ver uma tendência assim ao final da Antiguidade, durante o auge da civilização greco-latina, no tempo de máxima difusão da cultura alexandrina. (...) E – para citar apenas mais um exemplo característico – o auge do delírio da caça às bruxas não se deu de modo algum nos tempos mais soturnos da Idade Média, mas num momento de grande crise, que marca a transição da Idade Média para a Modernidade, a era de Galileu e Kepler. Também aqui podemos constatar que muitos dos espíritos mais destacados da época não estavam livres das muitas formas de superstição; pense-se em Francis Bacon, em Jacob Böhme, em Paracelso etc." (LUKÁCS, 2020, p. 81, os grifos são nossos).

Na segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, desenvolveu-se, com a disseminação do ‘discurso crítico sobre a modernidade’ nos currículos universitários ocidentais, um amplo conjunto de diferentes tendências de pensamento que, grosso modo, compartilham um alinhamento “crítico” comum em relação à herança da filosofia e da crítica iluministas. Sob tal viés, o assim chamado “descontentamento moderno” presente na miríade de “narrativas contemporâneas” – “Pós-modernismo”, “desconstrucionismo”, “comunitarismo”, “libertarianismo”, “neoconservadorismo”, *et cetera* –, ao empregar o discurso crítico-filosófico tendeu muito mais a confundir a linha tênue que distingue “crítica” e “negação”⁹.

Nesse sentido, a discussão sobre “a crise da Razão”, *leitmotiv* que pautou boa parte do debate filosófico do século XX, se debruça sobre:

- a perda de confiança na racionalidade como regra e meta de pensamento e ação;
- a revanche do irracional nos comportamentos individuais e coletivos;
- a difusão do fanatismo político e religioso manifestando-se nos mais diversos integristas e fundamentalismos;
- a transformação dos princípios explicativos em um mundo onde perdem sua autoridade as grandes estruturas socializantes que deixam de ser portadoras de esperanças: os projetos históricos não mais mobilizam (JAPIASSU, 2016, p. 4).

Não obstante, é fundamental apontar que, ainda que “pensadores pouco suspeitos [tenham alertado a respeito de que] teorias e os conceitos científicos frequentemente mergulham suas raízes em crenças e especulações arcaicas e fantásticas” (JAPIASSU, 2016, p. 3), hodiernamente, o elemento em torno do qual orbitam aquilo que se convencionou apontar como “crise de legitimação”, “crise da razão”, ou “crise das metanarrativas” etc., é *epistemológico*.

O percurso deste artigo pretende, em radical contrapartida, demonstrar como, em verdade, o propalar de uma crise ancora-se no fundamento *ontológico* da crise estrutural do

⁹ Sobre isso ver Oram (2016).

capital, que abre espaço para o "advento de um 'novo espírito do capitalismo' mais adaptado à dinâmica paradoxal de uma racionalidade cínica" (SAFATLE, 2008, p. 22)¹⁰.

Isto posto e partindo do pressuposto, defendido por Georg Lukács, de que "toda crise significativa do pensamento filosófico, enquanto luta social entre aquilo que nasce e aquilo que morre, produz ao lado da reação tendências que poderiam ser designadas pelo termo moderno 'irracionalismo'" (LUKÁCS, 2020, p. 96), tencionamos a própria existência de uma crise da razão, principalmente se tomada de modo puramente epistemológico.

TRABALHO, NATUREZA E HUMANIZAÇÃO

Como ponto de partida para o debate acerca da crise da razão, tomemos, por curioso que possa parecer, uma passagem marxiana por demais conhecida: "o primeiro pressuposto de toda vida humana é, obviamente, a existência de indivíduos humanos vivos" (MARX; ENGELS, 2007, p. 87). Para que haja, então, história humana, é preciso haver pessoas vivas para fazer história. Isso é óbvio! O que todavia não é tão óbvio, ou é, mas não está dito é que, para que haja pessoas vivas para fazer história, estas pessoas têm de ter suas vidas mantidas, todos os dias. Examinemos isso mais de perto.

O ser humano é um ser biológico, é um ser natural. Entretanto, é um ser natural *humano*. Desse ponto de vista, a natureza, tal como está dada, não está adequada para o ser humano de um modo imediato. Então, o ser humano transforma, adapta, faz com que essa natureza fique cada vez mais próxima das suas necessidades (MARX, 2004).

¹⁰ Em seu diagnóstico sobre a *falência da crítica* no contexto contemporâneo, Safatle aponta que "usar o termo "cinismo" para descrever tais situações paradoxais [a natureza da dinâmica de estruturação das formas de vida no capitalismo é entendida aqui como paradoxal] é adequado por remeter-nos necessariamente a um diagnóstico da modernidade esboçado pela primeira vez de maneira sistemática por Hegel. Lembrar de Hegel neste contexto é fundamental para mostrar que as discussões a respeito do cinismo não devem restringir-se a um diagnóstico sociológico relativo aos impasses do capitalismo contemporâneo, pois suas raízes encontram-se na percepção do esgotamento de padrões de racionalidade normativa e valoração que se confundem com uma certa história da modernidade filosófica. Aqui, crítica social e crítica da razão se entrelaçam" (SAFATLE, 2008, p. 15-6).

Como se dá essa passagem de ser natural a ser natural *humano*? Como se dá a passagem de uma parte específica da natureza, que deixa sua condição imediatamente natural e torna-se ser humano? Ou, para usar a terminologia do velho Lukács (2007; 2012; 2013), como é que se dá esse "salto ontológico" do biológico ao social?

Para satisfazer suas necessidades humanas, o ser humano tem de transformar, então, a natureza circundante, tem de adequá-la. Este processo de transformação da natureza, a fim de adaptá-la à satisfação das necessidades humanas se chama *trabalho*.

Mas como este processo de trabalho forma o ser humano, como este ser natural se transforma em ser natural humano, como se constitui a sua humanidade? Marx afirma: "tão logo eu tenha um objeto este objeto tem a mim como objeto" (2004, p. 128), e aqui é preciso ir com calma.

Inicialmente, o ser humano que trabalha, quando trabalha e por meio de seu trabalho cria algo que não estava dado na natureza e essa criação, o produto deste processo de trabalho, configura uma resposta do ser humano a uma necessidade (humana) que impulsionou o próprio processo de trabalho. Tomemos agora outra também muito conhecida passagem marxiana que auxilia na elucidação deste ponto.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo assim sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

A natureza é o *locus* a partir do qual os processos de trabalho se podem efetivar. O processo de trabalho, por seu turno, constitui uma espécie de relação de mediação entre o ser humano e a natureza, uma relação na qual o ser humano, por meio de suas mãos, braços, pernas, cabeça, e vontade, opera uma transformação sobre a natureza a fim adaptá-la às suas necessidades humanas. Ao empreender tal transformação da natureza, o ser humano

transforma também a si próprio; quando trabalha, o ser humano é transformado pelo seu trabalho. Há ainda outra passagem marxiana que lança luzes sobre outros aspectos deste processo:

O que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p. 255-6).

Essa passagem indica que o ser humano concebe mentalmente, *idea* previamente aquilo que ele vai transformar em realidade, depois, pelo processo de trabalho. Portanto, aquilo que o ser humano que trabalha materializa, externaliza, objetiva por meio do trabalho – que estava antes em sua cabeça, no plano ideal – é sua subjetividade tornada objeto, objetivada. Esse processo de objetivação da subjetividade faz com que o ser humano que trabalha se depare consigo mesmo na forma de um objeto exterior a si.

Óbvio deve estar que são indivíduos, seres humanos, subjetividades singulares que realizam os processos de trabalho ao longo da história da humanidade. Mas deve estar igualmente claro que esses processos de trabalho individuais combinam-se histórica, socialmente, dando origem, inclusive, à própria história humana.

Em síntese, tem-se que os processos de trabalho são necessária e indissociavelmente processos individuais e sociais – os seres humanos “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

De um lado, por conseguinte, é o avanço dos processos de trabalho socialmente combinados que garante o desenvolvimento, a humanização dos seres humanos. E, de outro, é

exatamente este avanço dos processos de trabalho que constitui o eixo, o cerne, a essência, do processo de formação, de educação, dos seres humanos¹¹.

Isto implica que os seres humanos nascem apenas biologicamente, mas não socialmente humanos. A eles é socialmente transmitida toda essa herança humana acumulada ao longo de milhões de anos – razão pela qual cada indivíduo de cada nova geração não precisa reinventar a roda ou redescobrir o fogo, por exemplo, mas pode partir das circunstâncias “assim como se encontram”.

Se o trabalho é, então, aquilo que torna possível o aparecimento e a complexificação do ser humano, o que ocorre se os seres humanos são separados do seu trabalho?

TRABALHO ALIENADO E DESUMANIZAÇÃO

De início, a alienação do trabalho é o processo social por meio do qual o ser humano que produz, ou que objetiva sua subjetividade no produto do trabalho, não tem acesso ao produto de seu trabalho para satisfazer as suas necessidades. Em síntese: ser humano que trabalha e o produto de seu trabalho são separados, apartados, numa palavra: alienados e as implicações teóricas e práticas deste processo são muito amplas e variadas.

Em primeiro lugar, é preciso definir que, se o trabalho é uma categoria estrutural, horizontal do ser humano, ou “perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 261) dos seres humanos, as maneiras como ela se efetiva conjuntamente, verticalmente não são de modo algum determinadas pela necessidade absoluta de sua existência. Em outras palavras: se o trabalho é, na antiguidade clássica, escravo; na idade média, servil; na idade moderna, assalariado, isso não deriva da necessidade humana de trabalhar, e sim das formas como o trabalho se organiza em cada momento histórico específico.

Para apreendermos mais detidamente algumas determinações e desdobramentos, tanto objetivos quanto subjetivos, do processo de alienação do trabalho – que, por sua vez,

¹¹ Para maiores detalhes acerca dos processos formativos estruturados a partir dos processos de trabalho, ver Antunes (2012; 2018).

advêm do próprio trabalho alienado –, é preciso recorrer a um aspecto específico da organização burguesa do trabalho: aquilo que Marx (2004) aborda sob a denominação de os quatro momentos da alienação. Estes quatro momentos têm seu ponto de partida analítico na constatação prática de que o produto do trabalho não pertence ao ser humano que o objetivou.

O primeiro momento é a alienação ou separação em relação ao objeto do trabalho. O ser humano produz e não usufrui; confecciona e não veste; constrói e não habita, no mais das vezes nunca vai poder habitar – “o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (MARX, 2004, p. 82).

Esta separação em relação ao produto do trabalho é, ao mesmo tempo, a separação em relação à toda a natureza transformada e humanizada pelo trabalho; separação, em última instância, de todo o mundo tornado humano pelo trabalho.

O objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX 2004, p. 80).

Se o ser humano é apartado, é alienado, do e não se reconhece no produto do seu trabalho, isso significa (e com isso já adentramos o segundo momento da alienação) que ele já está apartado, alienado do próprio processo de trabalho, porque o produto do trabalho é apenas o resultado do processo de trabalho.

O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho, resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo (MARX, 2004, p. 82).

Se o ser humano está apartado do processo de trabalho, isso implica, uma vez que é exatamente aquilo que permite a passagem do imediatamente biológico ao mediadamente humano, que o ser humano está separado daquilo que o humaniza, que lhe torna humano e, portanto, o diferencia do restante da natureza.

Estes dois momentos da alienação se desdobram em mais dois outros momentos e o primeiro deles é a alienação em relação ao seu "ser genérico", ou em relação àquilo que lhe confere a humanidade, à sua característica *humana*.

Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungs-gegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2004, p. 85).

E o quarto momento, o enfeixe cruel dessa dialética, é a alienação, a separação, a hostilidade, em relação aos outros seres humanos.

Quando o homem está frente a si mesmo [frente a um objeto por ele produzido], defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 84-5).

Se o ser humano está alienado do mundo tornado humano pelo trabalho, se está alienado daquilo que lhe confere diferenciação em relação às outras espécies animais, se está alienado daquilo que lhe confere humanidade, significa que quando se defronta com outro ser humano, se defronta com outra figura, alienada, que lhe é hostil, estranha.

Agora torna-se possível compreender mais adequadamente a afirmação marxiana segundo a qual "tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, fuge-se do trabalho como de uma peste" (MARX, 2004, p. 83). Isto é, tal fuga torna-se plenamente compreensível uma vez que o processo de humanização dos seres humanos se efetiva, sob o trabalho alienado, de forma tão desumana.

Todo este processo social interfere no processo de trabalho, fraturando-o, invertendo-o. Ao interpor-se entre o ser humano e o produto do seu trabalho, o complexo social da alienação engendra um processo de formação deformado, de humanização desumanizada, remetendo os seres humanos, tanto individualmente tomados quanto como humanidade como um todo, a processos reificados e, como nos mostra a história recente, cada vez mais bárbaros¹².

PEQUENO EXCURSO HISTÓRICO

Uma vez compreendidos estes quatro momentos da alienação, é preciso realizar um grande salto histórico para tratar, ainda que rapidamente, o modelo taylorista/fordista e, depois de sua crise em 1968/73, o surgimento do modelo toyotista (PINTO, 2013; GOUNET, 1999) de organização do trabalho, para justamente indicar que, no plano fenomênico, é a grande crise do modelo taylorista/fordista que marca o momento histórico de deflagração daquilo que István Mészáros chama de "crise estrutural do capital" (2006).

Importa aqui destacar (ainda que isso constitua algo marginal aos objetivos deste artigo) que é, de um lado, exatamente o esgotamento de um modelo organização do trabalho que engendra o outro (ANTUNES, 2000; ALVES, 2011; PRAUN, 2016) e que, por outro lado, este processo de deflagração da crise estrutural do capital constitui o substrato material, no plano econômico¹³, do amplo processo de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000); no plano político, daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo (ANTUNES, 2015) e; no plano ideológico/filosófico, daquilo que comumente se denomina de pós-modernidade (HARVEY, 1989).

O taylorismo/fordismo – que serão aqui tratados como um binômio – conforma-se, de um lado, como uma produção em larga escala e, por outro, por uma organização racional, ultra parcelada do trabalho, aliada à existência de uma gerência científica e hierárquica do

¹² Para maiores detalhes acerca principalmente dos processos intrinsecamente (de)formativos do processo de alienação, ver Antunes (2012; 2018).

¹³ Economia aqui entendida em sentido amplo, a partir da ideia do "momento predominante [übergreifendes Moment]" (MARX, 2008) marxiano.

trabalho: a uns a concepção, a outros a execução – o “*homo faber*” separado do “*homo sapiens*” gramsciano (1968, p. 7).

Entretanto, no final da década de 1960, por uma infinidade de razões que extrapolam os limites deste artigo, o modelo taylorista/fordista entra em uma crise profunda. Muitas alternativas são tentadas em vários lugares do mundo, mas a que se “universaliza” é a alternativa empreendida nas fábricas de automóveis Toyota – daí a nomenclatura toyotismo (PINTO, 2011).

Se antes havia as enormes linhas de montagens, com trabalhadores e trabalhadoras executando uma ínfima parte de uma dada mercadoria, no toyotismo as pessoas trabalham por times, equipes, em células pequenas, às vezes operando 2, 3, 4 máquinas diferentes ao mesmo tempo (GOUNET, 1999). O trabalhador anteriormente ultra especializado deve agora torna-se “polivalente” – aliás, nem mais trabalhadores há, são colaboradores, associados.

A fábrica antes rígida e verticalizada, na qual havia uma gerência apartada que concebia e uma base imensa de trabalhadores e trabalhadoras que executava o trabalho num ritmo alucinante, agora aparece como mais horizontal, mais democrática. Se antes era a velocidade da esteira que determinava o ritmo de trabalho, hoje o ritmo é determinado por metas ou pela cor das luzes (verde, laranja e vermelha) nas células de trabalho (ANTUNES, 2015; HELOANI, 2007).

Outra característica importante é que antes nas fábricas tayloristas/fordistas se produzia numa escala gigantesca uma variedade muito pequena de mercadorias. Agora, sob o toyotismo, se produz uma variedade imensa de mercadorias numa quantidade muito pequena, sempre definida *just in time* pelo mercado.

Todo esse processo de crise do modelo taylorista/fordista e de gestação do modelo toyotista de organização do trabalho, que se dá a partir dos anos de 1968/73, inaugura aquilo que Mészáros (2006) vai chamar de *crise estrutural do capital*. Mas o que é a crise estrutural do capital?

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E, ENFIM, 'CRISE DA RAZÃO'

Antes de responder a essa pergunta se faz necessária uma pequena retomada de quais foram, ao longo dos tempos, as principais saídas empreendidas pelo sistema do capital para superar as suas crises – que, diga-se de passagem, nunca cessaram de ocorrer, uma vez que o capital vive de crise em crise.

Em primeiro lugar a brutal intensificação das taxas de exploração do trabalho. Se o capital já necessita normalmente de intensificar crescentemente a exploração do trabalho, em momentos de crise esta intensificação alcança proporções devastadoras. Em segundo lugar está a guerra, ou, como diz Mészáros (2006, p. 1001): “guerra se falham os métodos ‘normais’ de expansão”.

Do ponto de vista da intensificação da exploração do trabalho, apenas duas implicações mais gerais podem ser aqui indicadas. De um lado, cada vez menos pessoas trabalham cada vez mais e, de outro, há um aumento brutal da quantidade de mercadorias com uma vida útil cada vez menor. Essas mercadorias, produzidas sempre com “qualidade total” mas que quebram tão logo suas “garantias” se encerrem, ao serem incessantemente trocadas cada vez mais velozmente por uma nova, fazem circular a imensa quantidade de mercadorias produzidas a partir de um trabalho hiperexplorado (ANTUNES, 2005). E o círculo se enfeixa!

Não é preciso muita clarividência para imaginar que essa forma insana de produção gera, por seu turno, a exaustão dos limitados recursos naturais de nosso planeta e uma imensa quantidade de lixo (MÉSZÁROS, 2006)¹⁴.

Triste dialética essa de nossos tempos... Cada vez menos pessoas trabalham mais, produzindo mais mercadorias que duram cada vez menos. Aliás, nossos tempos estão cheios

¹⁴ A não ser, é claro, que se recorra à cínica posição de que tal forma de produção, guiada pela produção de artigos de luxo, significa um grande impulso criador e criativo à economia e que, mesmo depois de seu desgaste/deterioração programado, tais mercadorias não se perdem, mas são revendidas, a custos “acessíveis” (sic!) a frações sociais “menos privilegiadas”. Sobre isso ver Mészáros (2006; 2008).

de tristes dialéticas, que têm que ser enfrentadas, parafraseando Antonio Gramsci, com o maior dos otimismo revolucionários.

Por conta desta triste dialética, há também, exatamente em virtude da intensificação da exploração do trabalho, um ataque estrutural aos direitos trabalhistas duramente conquistados no passado (ANTUNES, 2019). Se o capital não está em condições de conceder¹⁵ mais nenhum direito ao trabalho, com o necessário acirramento de sua crise estrutural, ele agora não pode (o que é ainda mais perverso) arcar sequer com as conquistas do passado (ANTUNES, 2020).

Para explicar a guerra como saída para o capital em crise, é preciso tomar como ponto de partida o fato de que foi unicamente com a Segunda Guerra Mundial que o capital conseguiu reunir condições para reverter as catastróficas quedas das taxas de lucro ocasionadas pela violenta crise de 1929 – recordemo-nos que os assim chamados “anos de ouro do capitalismo” são exatamente os 20 anos pós Segunda Guerra Mundial.

Mas por que uma guerra de proporções mundiais – e apenas ela – consegue criar as condições para o capital reverter suas grandes – e também mundiais – crises? Porque as guerras mundiais do passado:

1. “desmaterializaram” automaticamente o sistema de incentivos (determinando um deslocamento dos “incentivos econômicos” para a “auto-renúncia” e o “idealismo”, tão caros a alguns defensores e apologistas do sistema em dificuldade), ajustando simultaneamente, dessa forma, o mecanismo de “interiorização” por meio do qual a legitimação permanente da ordem vigente é realizada com sucesso; 2. repentinamente, impuseram às massas um padrão de vida radicalmente mais baixo, aceito voluntariamente dadas as circunstâncias de um Estado de emergência; 3. com idêntica rapidez, ampliaram radicalmente a margem de lucro, anteriormente deprimida; 4. introduziram um elemento vital de racionalização e coordenação no sistema como um todo (racionalização que, graças às circunstâncias excepcionais, não ficou circunscrita aos estreitos limites de todas as racionalizações, que respondem diretamente às necessidades exclusivas de produção e expansão do capital; 5. e, por último, mas não menos importante, forneceram um imenso impulso tecnológico à economia como um todo de forma generalizada (MÉSZÁROS, 2006, p. 1002-3).

¹⁵ Acerca da dialética conquista/concessão, ver Mézáros (2006).

Mesmo uma crise como a de 1929, por mais devastadora que tenha sido (principalmente em termos humanos), pôde ser resolvida dentro dos limites do capital. A Segunda Guerra Mundial permitiu com que o capital superasse sua crise sem implodir como sistema de metabolismo social, isto é, sem deixar de ser capital (MÉSZÁROS, 2006).

Crise estrutural do capital, então, é aquela no interior da qual o sistema do capital enfrenta seus limites absolutos de autorreprodução. Adentramos em 1968, ainda segundo Mézáros (2006), numa crise de proporções muito maiores e mais profundas do que a de 1929. Na medida em que a intensificação das taxas de exploração do trabalho é algo comum e contínuo, apenas uma guerra de proporções mundiais poderia novamente reunir as condições para uma saída desta crise fundamental. Mesmo a proliferação de pequenas guerras que o mundo tem presenciado ultimamente não é capaz de criar a confluência de fatores que uma guerra de proporções mundiais cria (MÉSZÁROS, 2006).

A crise na qual estamos mergulhados já há 50 anos é estrutural porque o sistema do capital está decapitado da única saída eficiente – pelo singelo fato de que uma guerra mundial hoje destruiria por completo todo o planeta, e com ele também o capital (MÉSZÁROS, 2006).

Além das implicações práticas já apontadas da crise estrutural do capital, há outra, muito cara à apologética neoliberal. Em virtude de o capital não estar mais em condições de garantir sequer as conquistas e direitos trabalhistas duramente arrancados no passado, isso aparece, no plano da política, dentre outras muitas possibilidades, sob a falácia do “Estado mínimo” (FARIA, 2009). Falácia porque o Estado é mínimo apenas para o trabalho e para os aspectos sociais (educação pública, saúde pública, previdência pública) e máximo para o capital – todo o imenso processo de ataque aos direitos trabalhistas, no Brasil e no mundo, se sustentam sobre esta base material (ANTUNES et al., 2016).

Retomando então um ponto anteriormente indicado, a crise estrutural do capital fornece o substrato material do próprio neoliberalismo como receituário. Somente se compreende adequadamente muitas das facetas do neoliberalismo a partir das dificuldades

fundamentais que o capital enfrenta por conta da crise estrutural no interior da qual ele está atolado *para além* do pescoço (ANTUNES, 2013).

Neste sentido, a ligação entre crise e crítica aponta para a indubitável importância da retomada da teoria do valor de Marx, para além de seu papel na elaboração de toda a sua teoria econômica, ou, ainda, para além da resolução dos problemas técnicos que o conceito propicia: através do valor, Marx apresenta o caráter natural, autônomo e objetivo das categorias da Economia Política como uma aparência que o próprio capitalismo cria para si e que ele também se encarrega de negar. Por trás desta aparência estão relações sociais historicamente datadas, que são o verdadeiro conteúdo das categorias econômicas de Marx. A teoria do valor, portanto, se configura como a forma de apreensão adequada a um sistema contraditório e, simultaneamente, como a forma pela qual sua análise e apresentação expõem a contradição e seu modo de atuar, associando-se necessariamente à crítica (GRESPLAN, 1998, p. 8).

Onde, então e enfim, entraria a discussão sobre a 'crise da razão'? Sem desconsiderar que havia, no interior da tradição filosófica, uma noção de crise da razão, a partir de uma concepção marxista é exatamente a crise estrutural do capital que acaba por engendrar, na esfera ideológico/filosófica, uma vertente de pensamento que tem por objetivo fundamental a exclusão a priori de qualquer alternativa, tanto prática quanto teórica, ao sistema do capital e seu modo de produção capitalista¹⁶. Boa parte das noções de 'crise da razão' configuram, em verdade, tentativas desesperadas do capital em retirar do horizonte histórico quaisquer alternativas racionais para os graves problemas que assolam a humanidade como um todo.

Por fim, se há uma 'crise da razão', esta é, de fato, a crise de uma forma pragmática, imediatista, utilitarista e instrumental de pensamento escravizado (quando não descaradamente sustentado) pelo capital. O que está em jogo, e não apenas neste artigo, não parece ser se a razão está ou não em crise, mas se a 'razão' terá ou não a coragem de enfrentar as questões fundamentais de nosso tempo histórico e, é claro, a vitalidade de "converter-se em força material" (MARX, 2005).

¹⁶ O advento do assim chamado pós-modernismo, ou da chamada "metanarrativa" pós-moderna – porque é de fato isso que ela é! – tem por grande e, talvez, único objetivo confrontar aquilo que chama de "o metadiscurso de emancipação" – "A problemática do '*novo mundo*', no entanto, parece não seduzir o filósofo pós-moderno, avesso às filosofias da subjetividade e aos *metadiscursos de emancipação*." (LYOTARD, 2011, p. xviii, os grifos são nossos).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros**: trabalho, alienação e emancipação. Campinas: Autores associados, 2012.

_____. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx. Campinas: Papel Social, 2018.

_____. Trabalho, alienação e crise estrutural do capital: bases do receituário neoliberal. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza.; NAVARRO, Vera Lucia (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Cortez, vol. III, 2013, p. 353-66.

ANTUNES, Caio; SILVA, Hugo Leonardo Fonseca; FREITAS, Joana Alice Ribeiro de; MORAES, Livia de Cássia Godoi. O tripé Vilipendiador do Trabalho: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Orgs.). **O Avesso do Trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, vol. IV, 2016, p. 429-445.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O privilegio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios de afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2012.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec/, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1989.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica y crisis**: un estudio sobre la patogénesis del mundo burgués, Madrid, Editorial Trotta, 2007.

JAPIASSU, Hilton. A crise da razão e a revanche do irracional. In: **Desafios**: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, vol. 2, n. 02. p.03-11, jan/jun. 2016. Acesso em: 27 mar 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2130/8742>.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.225-245.

_____. **A destruição da razão**. Trad. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, vol. I, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, vol. II, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cesar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

ORAM, Mata. **Modernity and crisis in the thought of Michel Foucault**: the totality of reason. London: Routledge, 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. **A máquina automotiva e suas partes**: um estudo das estratégias do capital na indústria de autopeças. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRAUN, Luci. **Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

VALERY, Paul. **La crise de l'esprit**. Québec, Université du Québec à Chicoutimi, 2005. Acesso em: 27 mar 2021. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Valery_paul/crise_de_lesprit/valery_esprit.pdf>.

WANG, Tangjia. A Philosophical Analysis of the Concept of Crisis. In: **Frontiers of Philosophy in China**, vol. 9, no. 2, 2014. Pp. 254-67. Acesso em: 27 mar 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43281921>.

Submetido em 22/09/2020
Aprovado em 14/04/2021